



Interativa

Economia e Negócios

Professores conteudistas: Ivy Judensnaider / Maurício Felipe Manzalli

Sumário

Economia e Negócios

Unidade I

1 O QUE É ECONOMIA, AFINAL?	1
2 FOI SEMPRE ASSIM?	18
2.1 Nos dias de hoje.....	18
2.2 Há muito tempo	25

Unidade II

3 UMA NOVA ÉTICA PARA O CAPITALISMO.....	37
4 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	48

Unidade III

5 A CRISE DO SÉCULO XIX.....	64
5.1 O que são estruturas de mercado?	64
5.2 O que aconteceu ao final do século XIX?	68
6 A CRISE DE 1929	79

Unidade IV

7 A CRISE DOS ANOS 1970	95
7.1 O discurso globalizador.....	100
8 O QUE AINDA HÁ PARA DISCUTIR?	111
8.1 As fronteiras de possibilidade de produção.....	111
8.2 Crescimento <i>versus</i> desenvolvimento.....	116
8.3 Estado mínimo <i>versus welfare state</i>	120

Unidade I

1 O QUE É ECONOMIA, AFINAL?

Em outubro de 2008, o mundo foi atingido pela notícia de que uma nova crise econômica assolava o planeta, com consequências tão trágicas quanto as da quebra da bolsa americana, em 1929. Segundo Judensnaider (2009), Delfim Netto, em palestra proferida na Universidade Paulista, "opinou que estaríamos vivendo mais uma das tantas crises da história do capitalismo: 'O mundo não vai acabar', nas suas palavras". Do ponto de vista da economia de mercado, isso é absolutamente correto. Ainda de acordo com a autora,

Analisemos a história econômica mundial: desde o século XVIII, o mundo vem caminhando lentamente no sentido de se organizar sobre estruturas básicas que são conhecidas como sendo de economias de mercado. De forma simplificada, e considerando o período dos Setecentos até o século XXI, poderíamos identificar três grandes momentos de inflexão do capital, a saber, a primeira grande depressão do final do século XIX, a grande depressão dos anos 1930 e as crises do final da década de 1970.

Em cada uma delas, o sistema de mercado deu um jeito de resolver a situação: inicialmente, "avançou" em direção a novos mercados por meio de estratégias imperialistas, e que isso tenha acabado em guerra é assunto com o qual economistas do *mainstream* não costumam se preocupar. Na de 1930, entre as duas grandes guerras mundiais, o capital, reconhecendo a inabilidade das suas mãos invisíveis, atribuiu ao Estado o papel de tirar a economia de mercado do imenso buraco em que havia se metido. Depois, cansado da imobilidade à qual estava sujeito por força da mão visível do Estado, arquitetou o grande discurso da globalização, sedimentando, ao longo da trilha, os caminhos para a liberdade do capital através de incursões militares em países estrangeiros e a institucionalização de organismos financeiros internacionais.

Que mundo econômico é esse e como o instrumental teórico da economia nos permite conhecê-lo e nele operar?

Vejamos, inicialmente, do que trata a economia. É uma palavra derivada do grego *oikonomos* (*oikos* = casa; *nomos* = lei) e representa a administração de uma casa, entendida como um patrimônio particular, uma empresa ou um Estado. Dessa forma, a ciência econômica estuda as relações entre famílias, empresas e governo para compreender os fenômenos que norteiam o funcionamento do mundo em que vivemos. A preocupação central dessa ciência social é a análise da produção de bens e da distribuição da renda, dado o problema da escassez de recursos e as necessidades ilimitadas dos indivíduos.

Pretendemos mostrar ao estudante as primeiras ideias a respeito de alguns problemas econômicos básicos de nosso cotidiano. Por exemplo, estudariamos a forma como distribuimos nossa renda, proveniente de nosso salário, diante da grande quantidade de mercadorias e serviços dos quais precisamos para a manutenção da vida. Apresentado dessa forma, parece bastante simples, pois sabemos o quanto ganhamos, qual nosso salário e do que precisamos durante uma semana, um mês, um ano etc. Vamos, porém, pensar com mais calma: para que tenhamos algum salário, torna-se necessária nossa participação em alguma atividade produtiva, seja trabalhando em alguma indústria, numa loja de comércio ou prestando algum serviço.

Como ilustração, listamos a seguir alguns problemas econômicos que a ciência econômica está preocupada em explicar:

- como a taxa de câmbio interfere na vida das empresas e do cidadão comum?
- o que ocorre com a renda da população diante de um anúncio do governo sobre uma elevação nas taxas de juros?
- por que o preço da gasolina sobe quando um determinado país não tem capacidade suficiente para produzi-la?
- por que a renda da região Norte-Nordeste de nosso país tende a ser menos concentrada do que a renda da região Sul-Sudeste?
- por que o PIB de um país cresce conforme a sociedade consome maior quantidade de mercadorias?
- quais são os fatores explicativos da subida dos preços dos chocolates na proximidade da Páscoa?
- por que um governo que gasta mais do que arrecada tem dificuldades de financiar seus déficits?
- qual a importância para a vida de cada um dos brasileiros quando um país vende uma empresa estatal ao capital internacional?
- o que significa inflação?
- o que é desemprego?

Aparentemente, cada uma dessas questões em nada impacta nossa vida individual. No entanto, pensemos na seguinte situação: em um determinado período, em alguma manchete de jornal impresso ou pelos telejornais, é anunciada a seguinte informação: o balanço de pagamentos do ano de 2010 apresentou superávit de "zilhões" de reais, e esse superávit é proveniente dos saldos positivos da balança comercial, demonstrando que as exportações da economia do país em questão foram maiores que suas importações. Mas, o que é superávit? Balanço de pagamentos? Balança comercial? Exportações? Importações?

No exemplo proposto, as exportações foram maiores do que as importações. Por quê? Assim, de primeira, não conseguiremos chegar a uma resposta certa, mas, analisando dados da realidade concreta, poderíamos responder à nossa pergunta utilizando os seguintes argumentos:

- 1) as exportações desse país foram maiores em 2010, pois nesse ano as empresas nacionais produziram uma quantidade maior de mercadorias do que no ano anterior;

- 2) as exportações desse país foram maiores em 2010, pois nesse ano o consumo por parte dos seus habitantes foi menor; assim, uma forma de se desfazer dos estoques de mercadorias produzidas foi exportar;
- 3) as exportações desse país foram maiores em 2010, pois nesse ano o governo adotou medidas que favoreceram as exportações, desvalorizando a taxa de câmbio, por exemplo.

Observamos que, para apenas uma pergunta, elaboramos três possíveis respostas que somente poderão ser efetivamente consideradas como certas e verdadeiras depois de analisados os números da realidade concreta.

Vejamos outro exemplo. A figura 1 a seguir mostra-nos a pegada ecológica que deixamos na Terra.



		Valor ideal
	Região / País	--
	Pegadas em ha por pessoa	1,8
	Se cada pessoa vivesse neste padrão de quantos planetas precisaríamos	1

	América do Norte	USA	Canadá
	9,4	9,6	7,6
	5,22	5,33	4,22

	América Latina	Brasil	Argentina
	2,0	2,1	2,3
	1,11	1,16	1,27

	África	África do Sul	Somália
	1,1	2,3	0,4
	0,61	1,27	0,22

	Europa (UE)	Alemanha	Suécia
	4,8	4,5	6,1
	2,66	2,56	3,38

	Ásia Pacífica	Japão	China	Índia	Austrália
	1,3	4,4	1,6	0,8	6,6
	0,72	2,44	0,88	0,44	3,66

Figura 1. Pegada ecológica¹.

¹ Disponível: <http://assets.wwf.org.br/img/original/mapa.jpg>. Acesso em 4 de novembro de 2010.

O que a figura nos mostra? Ela revela que, quanto maior o crescimento do país, maior é a pegada ecológica. Ela indica que, no caso dos países em desenvolvimento, a pegada ecológica é menor. Para que possamos, então, concluir algo a respeito dos dados apresentados, podemos levantar algumas hipóteses:

- 1) o crescimento econômico degrada o ambiente;
- 2) o crescimento econômico não implica condições favoráveis de qualidade de vida;
- 3) o crescimento econômico é incompatível com a ideia de sustentabilidade a longo prazo.

Novamente, podemos ter três possíveis respostas que, somente a partir da utilização do positivismo e não do lado normativo da economia, serão efetivamente consideradas como corretas se observada a realidade, ainda que esses dados devessem ser analisados a partir de determinadas percepções a respeito do que significam qualidade de vida e sustentabilidade. Mais: provavelmente, teremos que diferenciar crescimento de desenvolvimento econômico. É sobre isso, também, que trata a economia. Utilizando a contribuição de um renomado economista, Samuelson (1979, p. 3), chegaríamos ao seguinte conceito:

Economia é o estudo de como os homens e a sociedade decidem, com ou sem a utilização do dinheiro, empregar recursos produtivos escassos, que poderiam ter aplicações alternativas, para produzir diversas mercadorias ao longo do tempo e distribuí-las para consumo, agora e no futuro, entre diversas pessoas e grupos da sociedade. Ela analisa os custos e os benefícios da melhoria das configurações de alocação de recursos.

Talvez, a partir desse conceito, seja difícil pensar em como os problemas econômicos afetam o nosso cotidiano. Vamos, então, partir para uma análise que nos tome, indivíduos, como base. Pense, primeiramente, em sua renda. Se você trabalha, ou seja, se participa de alguma atividade produtiva, recebe um salário que chamaremos de renda. Esse seu salário, seja ele qual for, será distribuído entre todas as suas necessidades de consumo. Salário é a sua renda, e suas categorias de consumo dizem respeito às suas despesas; portanto, estamos descrevendo seu orçamento particular.

Vamos supor que sua renda seja destinada ao pagamento de contas de luz, água, telefone, alimentação, moradia, transporte, lazer, vestuário etc. Após alocar sua renda entre todas essas categorias de despesa, ainda pode ter sobrado uma parcela que você poupará para consumo futuro.

Mas, agora, você está cursando uma universidade e as mensalidades serão incorporadas a essa cesta de consumo, ou seja, o valor das mensalidades concorrerá por uma parcela de sua renda, assim como concorre o quanto você gasta com alimentos, moradia, transporte, lazer etc. Nesse caso, você introduziu mais uma categoria de gasto para uma mesma renda. Sem pensar muito, para que consiga dar conta de efetuar todos os seus pagamentos, você deverá distribuir cada parcela de sua renda para cada um de seus gastos. Esse simples exemplo já ilustra uma parte do conceito dado por Samuelson, ou seja, **a economia estuda o emprego de recursos escassos entre usos alternativos, com o fim de obter os melhores resultados.**

Nesse exemplo bastante simples – que vale também para a nossa realidade e a de mais uma grande quantidade de brasileiros –, o emprego de recursos escassos é ilustrado por nossa renda, e os usos alternativos, pela nossa cesta de consumo ou por tudo aquilo em que gastamos nossa renda.

Pensemos agora não mais do ponto de vista individual, mas, sim, dos limites de uma família, formada por pai, mãe e filhos, ou seja, uma unidade familiar. Essa família precisa ser mantida: vestir-se, alimentar-se, morar, locomover-se. Ela tem, conjuntamente, uma cesta de consumo que deve ser atendida por meio de uma renda, a renda familiar, já que em nosso exemplo cada um dos membros da família participa de alguma atividade produtiva. Portanto, a renda familiar deve dar conta de responder a toda e qualquer categoria de gastos da família. Cada entrada de dinheiro será chamada de renda; cada saída de dinheiro, quer dizer, os pagamentos efetuados pela família, será denominada despesa. Eis aqui então o orçamento familiar.

Vamos transferir o foco para as dimensões de uma empresa. Ela pode produzir mercadorias e vendê-las diretamente aos seus consumidores. Segundo Ferguson (1983), vários livros-texto conceituam produção como a **criação de utilidades**, em que utilidade significa a capacidade de um bem ou serviço satisfazer a uma necessidade humana. Partindo da noção de que as empresas são agentes maximizadores de resultados, a Teoria da Firma procura estudar e responder a como as empresas combinam a utilização dos fatores de produção necessários à criação de **coisas úteis** e o quanto gastam para produzir bens e serviços.

Diante disso, pode-se pensar apenas no caso de uma empresa comercial, comprando mercadorias produzidas por outras empresas e vendendo diretamente aos consumidores, ou ainda uma prestadora de algum serviço. Quando uma empresa produz certa mercadoria – mesas, por exemplo – ela necessita de meios de produção, dos bens necessários à execução de sua atividade produtiva. Para produzir determinada mercadoria, necessita comprar meios de produção e pagará por essa aquisição. Em nosso exemplo simples da produção de mesas, essa empresa hipotética precisa adquirir fórmica, madeira, ferro, parafusos, colante, além de dispor de uma grande quantidade de máquinas e ferramentas. Também precisa contratar pessoas para trabalhar.

Quando essa empresa adquire os meios de produção, ela tem um custo com a produção. Esse custo será dado pela multiplicação de duas variáveis: o preço de cada uma das mercadorias que adquire e as quantidades das mercadorias adquiridas. Portanto, ela tem um custo de produção, uma despesa com sua produção.

Imaginando que as empresas não produzem mercadorias para satisfazer suas próprias necessidades de consumo, essa empresa empreenderá todos os seus esforços para vender sua produção. Quando essa empresa vende o que produz, recebe uma quantidade de dinheiro proveniente da venda. A essa quantidade de dinheiro daremos o nome de receita de vendas, que nada mais será do que a multiplicação de duas variáveis: o preço da mercadoria e a quantidade de mercadorias vendidas. Então, quando mencionamos as receitas e as despesas empresariais, estamos falando do orçamento empresarial.

De forma nítida, estamos tratando de trocas. Empresas produzindo mercadorias para consumo da sociedade em troca de recursos – monetários, no caso – a serem aplicados novamente na produção de mais mercadorias, e assim por diante. Por outro lado, temos as pessoas trabalhando para empresas, indivíduos que, em troca de sua força de trabalho, recebem salário na forma de dinheiro e cujo destino é o consumo de mais mercadorias.

Para Jorge e Moreira (1990, p. 27),

qualquer que seja a forma de organização da atividade econômica de uma comunidade, (...) os seus objetivos são muito semelhantes: busca-se otimizar a satisfação do indivíduo, de um lado e, de outro, maximizar a eficiência produtiva.

Ademais, em um sistema de livre iniciativa empresarial, conforme será descrito posteriormente (*idem*, p. 29),

imperava a propriedade privada dos bens de produção, ao lado de decisões sobre o que e quanto produzir fundamentadas no mercado e nos preços. As atividades econômicas são, portanto, dirigidas e controladas unicamente por empresas privadas, que competem entre si. Daí a alcunha de "economia de mercado", porque o mercado é o *habitat* natural das empresas.

Segundo Luxemburg (1970), as empresas, em regimes capitalistas de produção, existem não para satisfazer as necessidades de consumo da sociedade, mas, sim, para valorizar o capital investido; elas existem, portanto, para gerar lucros. Procurarão aumentar as quantidades vendidas de suas mercadorias via aumento da produção e, para tanto, procurarão utilizar a menor quantidade possível de recursos. Dessa forma, buscarão gastar cada vez menos com a quantidade de meios de produção que adquirem para, muitas vezes, aumentar a quantidade de lucros que obtêm. Portanto, as empresas também sofrem com a limitação de recursos à disposição diante de suas categorias de despesas.

Já ilustramos o cidadão individual, as famílias e as empresas. E com relação ao governo? Ele, de forma muito simplificada, tem algumas obrigações e também alguns direitos.

Por obrigações, deve prover bens públicos como energia, transporte e saneamento básico. Deve construir escolas, estradas, hospitais, pagar aposentadorias e pensões, além de uma série de obrigações sobre as quais não nos estenderemos neste momento. Ainda, o governo legisla a respeito de questões trabalhistas ou contratuais e também arrecada recursos da população na forma de impostos. Portanto, o governo, por meio de sua arrecadação, auferir uma receita. Para prover bens públicos à sociedade, esse governo também tem custos com tal provisão, ou seja, ele gasta e tem despesa com sua atividade. Tratamos, então, do orçamento do governo, orçamento do setor público, representado por suas receitas e despesas.

Da mesma forma que um indivíduo procura organizar da melhor maneira possível seu orçamento particular, as famílias também o fazem, assim como as empresas. Com o governo não será diferente: ele

procurará alocar da melhor forma seus recursos disponíveis diante da grande quantidade de itens de gasto que tem à sua frente.

Salvo algumas exceções, não podemos afirmar que nossa família tradicional adquire tudo aquilo de que tem vontade. O mesmo ocorre com as empresas e com os governos. Por que não podemos afirmar isso? Pelo simples fato da escassez. Qual escassez? A escassez de recursos necessários para a aquisição de todas as mercadorias disponíveis ao consumo. Segundo Samuelson (1979), a ciência econômica existe para dar conta de responder a um grande problema: o da escassez de recursos frente a uma grande quantidade de mercadorias e diante da ilimitada necessidade de consumo dos indivíduos. Portanto, o conflito surge da seguinte forma:

Recursos limitados X Necessidades ilimitadas

A quais recursos estamos nos referindo? Aos recursos produtivos, também denominados fatores de produção. Esses elementos, indispensáveis ao processo produtivo de bens materiais, serão chamados de terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial.

- Por terra, entendem-se as terras destinadas à agricultura e pecuária, ou seja, terras cultiváveis, florestas, minas e outros produtos provenientes da utilização do solo.
- Por trabalho, entende-se a mão de obra empregada na produção de mercadorias ou na prestação de serviços; portanto, o homem.
- Por capital, entende-se o capital financeiro, ou seja, o dinheiro necessário para dar impulso a qualquer empreendimento industrial, comercial ou de qualquer outro tipo. Também consideramos como capital as máquinas, os equipamentos e as instalações. Assim, o capital assume duas formas: a monetária e a física.
- Por tecnologia, entendem-se as máquinas e os equipamentos necessários à produção das mais diversas mercadorias. Também chamamos de tecnologia as técnicas de produção utilizadas pelas empresas, ou seja, o *know-how* relativo à técnica de produção e ao conhecimento científico.
- Por capacidade empresarial, entendem-se as habilidades e ações empresariais, quer dizer, os frutos do empreendedorismo dos empresários ou daquelas pessoas disponíveis a empreender um novo investimento ou aptas a abrir uma empresa.

Cada fator de produção tem uma remuneração diferente em termos de denominação, conforme podemos ver na figura 2.






Terra 	➔	Aluguel
Trabalho 	➔	Salário
Capital 	➔	Juros
Tecnologia 	➔	Direito de propriedade
Capacidade empresarial 	➔	Lucros

Figura 2. Fatores de produção e suas remunerações.

Cada um desses fatores de produção – quando empregados na produção de qualquer mercadoria – deve receber alguma remuneração. Assim, para Nogami e Passos (2003),

- À remuneração do fator de produção terra, damos o nome de aluguel.
- À remuneração do fator de produção trabalho, chamaremos salário.
- O capital recebe sua remuneração sob a forma de juros.
- A tecnologia utilizada na produção de mercadorias recebe a remuneração em forma de direito à propriedade (*royalties*).
- A capacidade empresarial recebe lucros na forma de remuneração.

Os fatores de produção utilizados na economia são remunerados e a essa remuneração, vista como um todo, damos o nome mais amplo de **renda**.

Já temos, então, condições de afirmar que a renda de uma sociedade é limitada diante da quantidade de categorias de consumo que ela enfrenta. Ademais, as empresas sempre procuram criar mercadorias novas que chamem a atenção de novos consumidores, criando novos hábitos de consumo ou produzindo, de forma diferente, antigas mercadorias.

Então, estamos diante de um dilema. Como, afinal, administrar os recursos escassos de forma a atender às necessidades ilimitadas? Quer dizer, estamos perguntando como responder às seguintes questões:

O que e quanto produzir?

Como produzir?

Para quem produzir?

Essas três perguntas básicas, que, à primeira vista, são bastante simples, nos remetem às noções de recursos escassos e necessidades ilimitadas. Então, podemos dizer que o problema econômico fundamental origina-se da escassez de recursos, objeto de investigação da ciência econômica.

Vejamos. Se as empresas precisam produzir mercadorias como uma forma de remunerar o capital que é investido – e isso passa pela venda das mercadorias produzidas –, e se os consumidores precisam, dada sua renda escassa ou limitada, alocar de forma eficiente as suas categorias de despesas, então resta às empresas produzir mercadorias que são procuradas. Todos os recursos necessários para a produção são escassos, assim como o são os recursos que as famílias têm para dar conta de todas as suas necessidades. Isso significa que a sociedade, como um todo, deve ser capaz de organizar um sistema que assegure a produção de bens e serviços suficientes para a sua sobrevivência. Mais: a sociedade deve ser capaz de ordenar os frutos de sua produção para permitir não só a continuidade da produção, mas também a distribuição do resultado da produção de forma equitativa entre todos os seus membros. Como a procura por recursos para a produção significa a distribuição dos próprios frutos da produção, a tarefa é monumental. Assim, a resolução dos problemas relacionados à produção e à distribuição da produção é traduzida no problema econômico fundamental, que gera as três questões anteriormente apresentadas: o que e quanto produzir? Como produzir? Para quem produzir?

Para Nogami e Passos (2003), a questão referente ao que e quanto produzir diz respeito a quais mercadorias devem ser produzidas pelas empresas de um país e em quais quantidades. Responder a esse questionamento significa conhecer o tipo de mercadoria que é procurada por uma coletividade e as quantidades dessa mercadoria que são (ou serão) consumidas. É mais importante produzir alimentos ou investir em produção energética?

A questão referente ao como produzir diz respeito à mobilização de esforços, ou seja, a qual técnica de produção utilizar na produção de determinadas mercadorias. Responder a esse questionamento significa conhecer as tecnologias disponíveis: cada mercadoria possui uma técnica de produção diferenciada das demais. Algumas necessitam de maior quantidade de matéria-prima; outras, de maior quantidade de máquinas e equipamentos; outras demandam grande quantidade de mão de obra em

seu processo de produção. Imaginemos, por exemplo, a diferença entre os processos de produção de automóveis e daquele pão francês que compramos na padaria mais próxima de nossa casa. Devem ser diferentes. São diferentes. Uma utiliza grande quantidade de robô e tecnologia, enquanto a outra é mais intensiva na utilização de mão de obra, trabalho. Afinal, quanto usar de cada recurso disponível, de forma a obter o máximo, evitar desperdícios e ter garantida a sustentabilidade da produção? Deve-se preferir usar mão de obra intensiva ou é preferível usar máquinas para aumentar a produtividade? (Besanko e Braeutigam, 2004).

A questão referente ao para quem produzir diz respeito às opções políticas que, necessariamente, devem ser feitas. A quem priorizar? A qual segmento da sociedade devemos atender? De todas as demandas feitas por uma sociedade, qual deve ser prioritária e qual deve ser postergada? Quem precisa de mais serviços de saúde: a população dos centros urbanos ou da periferia? Devemos construir escolas de primeiro ou de segundo grau? Quais são, afinal, as necessidades mais prioritárias e a quem devemos atender primeiro? Dessa forma, o como produzir diz respeito à alocação de esforços: não basta que homens e mulheres sejam postos a trabalhar; eles devem trabalhar nos lugares certos a fim de produzir os bens e serviços de que a sociedade necessite. Assim, além de assegurarem uma quantidade suficientemente grande de esforço social, as instituições econômicas da sociedade devem garantir uma alocação viável desse esforço social. Dessa forma, a pergunta referente ao para quem produzir diz respeito à distribuição do produto (Nogami e Passos, 2003).

Nem sempre a sociedade obtém êxito na alocação adequada de seus esforços. Ela pode produzir carros a mais ou a menos ou dedicar suas necessidades/energias à produção de artigos de luxo, enquanto uma grande quantidade de pessoas necessita de alimentos. Esses fracassos podem afetar o problema da produção de modo tão sério quanto o fracasso em mobilizar uma quantidade adequada de esforços, pois uma sociedade viável deve produzir não apenas bens, mas os bens certos. Não somente deve produzir, mas produzir da maneira correta. Não só atender às necessidades, mas atender àquelas mais urgentes e socialmente prioritárias. O ato de produzir, em si e por si mesmo, não responde aos requisitos para a sobrevivência. Além disso, a sociedade deve distribuir esses bens para que o processo de produção possa ter continuidade. Em outras palavras, se uma sociedade quiser assegurar seu constante reaproveitamento material, deverá distribuir sua produção de modo a manter não só a capacidade, mas também a disposição de se continuar trabalhando.

Assim, reencontramos o foco da investigação econômica dirigido ao estudo das instituições humanas dedicadas à produção e distribuição de riqueza. É disso que se ocupa a ciência econômica. Por meio de suas teorias, ela conjuga ideias e definições do objeto a ser investigado, estabelece as condições em que cada uma dessas teorias se sustenta para, a partir de argumentos, dar respostas sobre o comportamento dos objetos de investigação, ou seja, para construir hipóteses sobre o funcionamento da realidade concreta.

Agora, estamos mais habilitados a ilustrar o campo de observação dessa ciência. Ela:

- estuda as atividades econômicas que envolvem o emprego de moeda e a troca entre indivíduos, empresas e governo;

- observa o comportamento das empresas, que produzem de modo eficiente, reduzindo custos para obter lucros;
- observa o comportamento do consumidor, tendo em vista os preços, a renda de que dispõem e a oferta de bens e serviços.

Retomando, então, o conceito de Samuelson (1979, p. 3), temos que **a economia, como ciência, estuda o emprego de recursos escassos entre usos alternativos, com o fim de obter os melhores resultados, seja na esfera da produção de bens ou na prestação de serviços.**

Falta entendermos, finalmente, como essa disciplina se desenvolveu ao longo do tempo e como é confundida com o seu próprio objeto, quer dizer, o ambiente econômico caracterizado pela economia de mercado.

Em primeiro lugar, quando as ciências econômicas passam a existir como área específica do conhecimento e do saber? É geralmente aceito pelos economistas que a economia ganha corpo e musculatura com o advento da Revolução Industrial e com o desenvolvimento dos mecanismos de mercado de formação de preço e alocação dos recursos de produção. Seu estatuto de ciência é estabelecido já no século XIX e, desde então, economistas debatem incansavelmente sobre seu objeto de estudo, sua metodologia, seu campo de atuação e seus limites, o que só demonstra a vitalidade e a energia desse *corpus* científico.

Em segundo lugar, os atos econômicos precedem a existência da economia como ciência. Do ponto de vista antropológico, o ser humano vem estabelecendo relações de troca com seu grupo e com a natureza desde sempre, assim o fazendo, em parte, para garantir as condições materiais necessárias à sua sobrevivência. Havia, em período anterior ao século XVIII (data que marca o nascimento da economia), atividade econômica, e sobre ela foram escritas obras e realizados estudos. Por que, então, entender que a economia investiga uma determinada forma de organização econômica, qual seja, aquela que resulta das relações existentes no mercado?

Uma resposta possível é que, apenas a partir do nascimento da economia de mercado tornou-se possível falar em atos econômicos com interesses e objetivos essencialmente econômicos; as relações sociais passaram a ser explicadas em função de um sistema econômico organizado. Antes disso, seriam as relações sociais as variáveis explicativas das formas de produção material. Do ponto de vista histórico Heilbroner (1987, p. 27) afirma que

a humanidade conseguiu resolver os problemas de produção e distribuição de apenas três maneiras. Ou seja, dentro da enorme diversidade das instituições sociais que guiam e dão forma ao processo econômico, o economista descortina apenas três *tipos* abrangentes de sistemas que, separadamente ou em combinação, habilitam a humanidade a resolver seu desafio econômico. Esses três grandes tipos sistêmicos podem ser designados como economias governadas pela *Tradição*, pelo *Mando* e pelo *Mercado*.

Antes da economia de mercado, o chefe de família provê sua prole porque isso é o que a sociedade espera dele. As trocas se realizam não para o lucro, mas para a sobrevivência material. O governo distribui a riqueza para os cidadãos, porque esse é o seu papel. É apenas com o advento do capitalismo que os fatores de produção (mão de obra, terra, conhecimento técnico, capacidade empresarial e dinheiro, entre outros) não apenas se dirigem ao mercado, mas fazem mesmo parte dele.

O que fazer, então, com os atos econômicos anteriores às sociedades capitalistas, ou que nelas não estejam inseridos? Normalmente são transferidos, como objeto de estudo, para os antropólogos econômicos, embora essa transição não ocorra de forma tranquila, nem para os economistas tampouco para os antropólogos. Digamos então que, para fins desta disciplina, basta não confundirmos a economia (ciência) com o próprio sistema de mercado. Não há relação de sinonímia entre as duas. Economia é (ou tem a pretensão de ser) a ciência que investiga como fatores escassos de produção são alocados para a produção de bens e serviços que se destinam a saciar necessidades ilimitadas². Economia de mercado, por outro lado, é a maneira pela qual – nas sociedades capitalistas – a reprodução material das sociedades passou a se processar, por meio de instituições orientadas exclusivamente para objetivos econômicos, como os mercados (Cerqueira, 2001). Nestes, o padrão implica a existência de trocas que produzam preços, ou seja, "trocas realizadas como resultado de barganha, de uma negociação, em que cada parte é livre para buscar sua vantagem e não tem que se submeter, por exemplo, a preços preestabelecidos por algum agente regulador externo" (*ibidem*, p. 400). Portanto, compreenderemos que, na economia de mercado,

toda a organização da produção é confiada aos mercados, que compõem um sistema autorregulado: indivíduos perseguindo apenas seu interesse pessoal ofertam e demandam mercadorias, fazendo com que estes bens alcancem um preço determinado. As decisões sobre o que e quanto produzir serão tomadas como base apenas nos preços informados pelos mercados, que sinalizam as expectativas de ganho em cada processo produtivo. Da mesma maneira, a distribuição do produto depende apenas de preços, já que eles formam os rendimentos de cada indivíduo: aluguel e salários são os preços do uso da terra e da força de trabalho; o lucro é a diferença entre o preço do produto e os preços dos insumos necessários para sua produção. Em resumo, a reprodução material da sociedade depende de que tudo alcance um preço, ou seja, se comporte como uma mercadoria, inclusive a terra e o trabalho (*ibidem*, p. 402).

Em nossa opinião, a economia surge como ciência não apenas porque a estrutura econômica passa a ser a de mercado (quer dizer, porque finalmente há o que se investigar), mas porque as condições do pensamento científico daquele momento permitem que ela, como um saber, se organize de forma sistemática e autônoma, e porque, àquele momento (e, de forma hegemônica, até os dias de hoje), o que se há para investigar são justamente as relações que se estabelecem no mercado. Isso quer dizer

² Embora essa seja também uma expressão que emana da suposição de um sistema capitalista, já que se necessitaria da escassez para atribuição de valor. Assim, o capitalismo seria "um sistema de criação de desejos e produção de necessidades, fundando-se no consumo e no desperdício, bem como em processos de destruição planejada" (Silveira, 2007, p. 6).

que, embora isso acrescente dificuldade à investigação econômica, há que se considerar, porém, que o sistema de mercado foi historicamente construído, não sendo "uma entidade acima do tempo e do espaço" (Silveira, 2007, p. 8). Da mesma forma, os pressupostos comportamentais de racionalidade econômica (autointeresse e propensão para o lucro) não são "naturais", mas socialmente construídos.

Finalmente, há economia sem mercado? Apesar de a antropologia ter demonstrado a existência de outras racionalidades socioeconômicas, "é intrínseca à racionalidade econômica moderna, como uma espécie de monopólio epistemológico e moral, a desvalorização dos outros modos de vida diferentes do conduzido pela lei do valor" (*ibidem*, p. 7). Os economistas não são unânimes na resposta a essa pergunta, mas, a despeito de ser extremamente interessante, esse debate extrapola os limites da nossa disciplina. Assim, assumiremos que, segundo os parâmetros científicos da modernidade, a economia nasceu à época de Adam Smith, no século XVIII, sendo *Riqueza das nações* um texto fundador (e sobre o qual falaremos mais adiante), obra que marca "uma mudança na natureza da reflexão sobre os temas econômicos não tanto pela criação de novos conceitos, mas pelo estabelecimento de um novo arranjo dos conceitos, de um novo ponto de vista" (Cerqueira, 2001, p. 397).

A compreensão desse entorno conceitual resulta em tarefa de extrema complexidade: se a economia surge por meio do esforço de se distinguir da história, da sociologia, da ética, da filosofia moral e da política, poderíamos ser levados a crer que ela não deveria ter qualquer compromisso com essas áreas, especialmente do ponto de vista da delimitação do seu objeto de estudo ou da determinação de sua metodologia de investigação. Esse é um problema que economistas da atualidade buscam lidar e equacionar e sobre o qual aqui, nesta disciplina, debateremos: não apenas as condições necessárias para o surgimento da economia de mercado, mas também os desafios que esse sistema e sua investigação têm a enfrentar no tempo presente.

Para refletir

Segundo a revista *Veja* (edição de 16 de agosto de 2010), "a China superou o Japão como a segunda maior economia do mundo no segundo trimestre deste ano – e tudo indica que os chineses vão se firmar no posto até o fim de 2010. Nos oito primeiros anos do século XXI, o crescimento econômico chinês atropelou o japonês. Segundo dados do Banco Mundial, a China cresceu 261% no período, enquanto o Japão, apenas 5%".

Até quando a China terá recursos para manter esse crescimento?

EXERCÍCIOS

1) Leia o texto abaixo:

Cada habitante da Grande SP tem até 201 mil litros de água por ano, menos de um décimo dos 2,5 milhões de litros usados como referência pela Organização Mundial da Saúde para regiões autossustentáveis. O Ceará tem 2,2 milhões de litros/ano; a Paraíba, 1,3 milhão de litros/ano e o Rio de Janeiro, 2,18 milhões de litros/ano. Embora haja, hoje, um relativo

equilíbrio entre oferta e demanda, trata-se de uma equação frágil, pois uma seca prolongada levará à falta de água, avalia o superintendente de produção da Região Metropolitana da Sabesp, Hélio Castro: "É bastante preocupante a situação por causa da baixa disponibilidade. Já trazemos de outra bacia [do Piracicaba] 50% da água. Não tem jeito, dois anos de seca já afetariam [o abastecimento]". Para ele, caso não haja problemas, o sistema atual deve suportar até dez anos. "Mas, até lá, teremos disputa pela água com outras regiões. Teremos percalços políticos a enfrentar", diz o superintendente. Castro fala em política, porque já em 2014 a Grande SP terá pela frente uma disputa com a região de Campinas pela água que é importada da bacia do Piracicaba, pois a outorga (espécie de acordo que divide a água do Piracicaba) será renovada e a região de Campinas já convive com escassez que afeta seu crescimento econômico³.

A escassez é o problema econômico fundamental.

Esse conceito implica que:

- I. Há sempre mais recursos do que necessidades econômicas a serem satisfeitas por uma coletividade.
- II. As necessidades humanas são ilimitadas e incapazes de serem atendidas com os poucos recursos comparativos disponíveis pela sociedade para a geração de bens e serviços.
- III. Há sempre menos recursos disponíveis do que os necessários para o atendimento a alguns, mas não todos, tipos de necessidades humanas.

Podemos, então, considerar que:

- a) apenas a I está correta;
 - b) apenas a II está correta;
 - c) apenas a III está correta;
 - d) todas estão corretas;
 - e) todas estão incorretas.
- 2) Por que os diamantes são mais caros do que a água ou mesmo o ar, absolutamente imprescindíveis para a vida? A explicação que tem sido dada é que os diamantes existem em muito menor quantidade e, portanto, sua oferta é bem menor do que a procura, em relação aos outros dois bens. Na verdade, em várias partes do planeta, é preciso pagar para obter ar de boa qualidade e próprio para a respiração, como ocorre, por exemplo, na Cidade do

³ Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/porta/node/2675>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

México, que conta com cerca de 19 milhões de habitantes e mais de 3 milhões de veículos, gerando poeira e chumbo.

De acordo com o texto, podemos caracterizar que a preocupação fundamental da economia aqui mencionada é relacionada com:

- a) a disseminação da pobreza pelas várias regiões do globo;
 - b) a necessidade de se manter um controle cada vez mais estrito e centralizado da produção de bens e serviços;
 - c) a ideia de que a capacidade humana de desejar bens ou serviços usualmente supera a quantidade de recursos disponíveis para a sua produção, o que é denominado escassez;
 - d) a obrigatoriedade de se aplicar uma taxa especial a todos os agentes econômicos que recebem qualquer espécie de renda;
 - e) a intenção de melhorar as condições ambientais.
- 3) Do ponto de vista econômico, o conceito de "escassez" é definido como o desejo de possuir os frutos da natureza em um montante que ultrapassa a capacidade de produzir bens. Sendo assim, trata-se de um conceito que pode ser atribuído:
- a) à natureza e à natureza humana;
 - b) apenas à natureza;
 - c) apenas à natureza humana;
 - d) à sociedade industrial;
 - e) aos limites territoriais das nações.
- 4) Muitos classificam a economia como sendo uma ciência preocupada, fundamentalmente, com a Lei da Escassez: há sempre pouco para muitos. Esses pensadores admitem que:
- a) os recursos existentes na natureza, apesar de abundantes e sempre renováveis, não conseguem, muitas vezes, saciar os desejos humanos.
 - b) os recursos somente permitem a obtenção do indicado no item a quando se referem a fatores de produção utilizados pelos agentes econômicos.
 - c) mesmo nas modernas sociedades, a Lei da Escassez está presente, independentemente do avanço da tecnologia dos povos.

- d) entre os fatores de produção requeridos para o atendimento às necessidades dos agentes econômicos, a maior preocupação é com o trabalho, em função da diminuição da população mundial nas últimas décadas.
- e) não existiriam recursos escassos, se a terra fosse de propriedade comum aos agentes econômicos.
- 5) Um estudo de uma entidade britânica, divulgado nessa segunda-feira, defende que a única forma de controlar o aquecimento global é que os países ricos interrompam seu crescimento econômico. A tese, defendida pela Fundação Nova Economia (NEF, na sigla em inglês), é de que, mesmo com expansão econômica reduzida, não será possível atingir a meta de aquecimento global abaixo dos 2°C, como almejado pela comunidade internacional. No relatório *Crescimento*, tal não é possível porque as nações ricas precisam de uma nova direção econômica. Andrew Simms, diretor da NEF, explica que "o crescimento econômico incessante está consumindo a biosfera do planeta além de seus limites". Em sua visão, o custo dessa expansão aparece no "comprometimento da segurança alimentar global, nas mudanças drásticas do clima, na instabilidade econômica e nas ameaças ao bem-estar social". Por isso, o mundo precisa de uma nova economia que respeite o orçamento ambiental, diz o estudo. "Não há um banco central global do meio ambiente para nos salvar se formos à falência ecológica", conclui⁴.

Segundo o texto, pode-se definir como problema econômico:

- a) o processo de elaboração dos bens para o consumo da sociedade;
- b) o processo de manutenção das sociedades por meio dos fatores de produção.
- c) o processo de prover o bem-estar material da sociedade;
- d) o conflito entre a escassez dos fatores de produção e as limitadas necessidades do ser humano;
- e) o dilema consubstanciado nas limitações da oferta e da demanda de bens e serviços.

Resolução dos exercícios

1. b) apenas a II está correta.

A afirmativa I está incorreta porque não há mais recursos do que necessidades; ainda, há sempre menos recursos, sejam lá quais forem as necessidades, o que torna a III incorreta. Dessa forma, apenas a II está correta.

⁴ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/bbc/2010/01/25/so-estagnacao-economica-pode-reduzir-aquecimento-global-diz-estudo.jhtm>. Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

2. c) a ideia de que a capacidade humana de desejar bens ou serviços usualmente supera a quantidade de recursos disponíveis para a sua produção, o que é denominado escassez.

O texto faz referência justamente à questão da escassez de diferentes produtos (da água, do ar ou do diamante), em diversas situações e em regiões diferentes.

3. a) à natureza e à natureza humana.

A escassez física dos recursos diz respeito à natureza, enquanto a capacidade de produzir bens se refere à natureza humana.

4. c) mesmo nas modernas sociedades, a Lei da Escassez está presente, independentemente do avanço da tecnologia dos povos.

Na alternativa A, os recursos da natureza são tidos, erroneamente, como sempre renováveis; em B, é incorreto afirmar que os recursos da natureza são abundantes e escassos apenas quando em relação aos fatores de produção; em D, é incorreto afirmar sobre a diminuição da população mundial nas últimas décadas; em E, é incorreta a ideia de que, se a terra fosse de propriedade comum, ela não seria escassa: quer dizer, a escassez não tem relação alguma com a posse ou com a propriedade.

5. c) o processo de prover o bem-estar material da sociedade;

O texto trata justamente do conflito entre a disponibilidade ambiental e o bem-estar da sociedade.

Veja as seguintes situações. Analise-as: como elas podem ser discutidas em termos dos três problemas econômicos fundamentais (o que produzir, como produzir, para quem produzir)?

Vamos pensar um pouco mais?

Situação 1 – Proposta a redução do ISS para transporte coletivo⁵

Tramita na Câmara o Projeto de Lei Complementar (PLP) 24/7, que prevê a redução da alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre serviços de transporte coletivo de passageiros.

Pela proposta, apresentada pelo deputado Sérgio Brito (PDT-BA), a alíquota será reduzida de 5% para 2% sobre o serviço referente ao transporte público municipal.

O autor lembra que a alta tributação contribui para a elevação do preço das passagens. "O valor das tarifas de transporte urbano no Brasil impede o acesso de muitos brasileiros ao serviço", disse.

⁵ Disponível em: <http://www.direito2.com.br/acam/2007/jul/25/proposta-a-reducao-do-iss-para-transporte-coletivo>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

De acordo com estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos e do Ministério das Cidades, cerca de 35% da população desloca-se a pé, muitas vezes por não ter condições para pagar o transporte. Além disso, acrescenta o parlamentar, outro estudo mostra que as famílias com renda de até cinco salários mínimos chegam a comprometer até 22% de seus ganhos com transporte coletivo.

Situação 2 – Lixo reciclável recuperado no país ainda é pouco, diz secretário⁶

Enquanto cada brasileiro produz em média 920 gramas de lixo sólido por dia, a quantidade de lixo reciclável que é recuperada, seja na coleta seletiva seja por catadores, chega apenas a 2,8 kg por ano, por habitante.

"É um volume baixo em relação ao que é produzido porque, na verdade, a coleta seletiva atinge um percentual só do volume produzido", afirmou em entrevista o secretário nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski.

Apesar do baixo índice de coleta seletiva, o secretário disse que a quantidade de lixo produzido pode ser considerada boa. "Só que nos países desenvolvidos, esses volumes tendem a diminuir, uma vez que já existe uma política de redução da produção de lixo, (...) porque há uma redução na produção e há uma seleção prévia desse lixo, do que não vai para o aterro, mas para a reciclagem."

2 FOI SEMPRE ASSIM?

2.1 Nos dias de hoje

No mundo em que vivemos, estamos acostumados a ter à nossa disposição vários produtos e serviços que atendem às nossas necessidades cada vez mais diversas. Faz parte do nosso cotidiano, portanto, a existência de várias alternativas e, mais importante, de várias alternativas para cada uma das espécies de produto ou serviço que consumimos. Temos escolhas, em suma. Ainda, entendemos essa situação como absolutamente normal e de tal forma, que sequer nos questionamos a respeito de como as empresas fazem para produzir, distribuir e vender tanta variedade.

As empresas usam o termo SKU para designar a unidade de manutenção de estoque, quer dizer, para identificar cada um dos diferentes itens do estoque que, do ponto de vista da logística, fica associado a um código de identificação. Só para que você tenha uma ideia: em artigo publicado em 6 de agosto de 2010, um *site*⁷ dedicado aos negócios de hipermercados afirmou que

a proliferação de itens em alguns mercados já apresenta desafios tanto para os supermercados quanto para a indústria, principalmente as que atuam em muitos

⁶ Disponível em: <http://www.empreendedor.com.br/content/quantidade-de-lixo-reciclavel-recuperado-no-brasil-ainda-e-pequena-diz-secretario>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

⁷ Disponível em: <http://www.elojas.com.pt/artigos/o-que-e-o-sku-de-um-produto>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

segmentos. Um exemplo é a Unilever, que, globalmente, tomou a decisão de reduzir seu portfólio de marcas e versões. (...) Em 2008, a empresa tinha mil SKUs. Atualmente, tem 850.

Por definição, trocaremos a palavra **produto** pelo termo **bem**. Mas, também por definição, quando utilizamos a palavra bem, estaremos nos referindo a serviços. Portanto, do processo de produção nasce um produto chamado bem, que será por nós identificado como bem ou serviço. Enquanto os bens representarão algo material, os serviços representarão o intangível. Precisaremos agora efetuar algumas distinções.

Os bens são divididos entre livres e econômicos. Por bens livres, entendemos aqueles que são consumidos sem requerer qualquer contraprestação como pagamento por sua utilização. Vamos exemplificar: o ar que respiramos, o sol que nos aquece, a chuva que irriga nossas plantações, o vento que movimenta as nuvens. Enfim, há uma infinidade de bens que são livres e que, de alguma forma, nos auxiliam na produção de determinadas mercadorias, bem como na manutenção da vida das pessoas. Com esses bens não nos preocuparemos, justamente pelo motivo de não requererem a contraprestação por seu pagamento. Outro motivo para não nos preocuparmos diz respeito ao fato de que existem poucos bens ainda possíveis de serem considerados livres. Como afirma Schwarz (2009, p. 43), "a globalidade dos recursos naturais já há muito deixou de ser formada por bens livres ou gratuitos, dado terem vindo a assumir, ao longo do tempo, o estatuto de mercadorias"⁸.

Já os bens econômicos serão alvo de especial atenção, pois requerem contraprestação de pagamento por sua utilização, e são divididos nas seguintes categorias: de consumo, intermediários e de capital.

Os bens de consumo podem ser classificados como duráveis e não duráveis. Um aparelho televisor, por exemplo, é categorizado como bem de consumo durável, assim como um automóvel ou um computador. Serão considerados bens de consumo não durável aqueles que se destroem enquanto são utilizados, ou seja, quando o consumo leva à sua destruição: é o caso de alimentos, roupas, calçados, canetas etc. Os bens de consumo duráveis ou não duráveis atendem diretamente às necessidades de consumo da sociedade, pois já estão prontos para isso.

Os bens intermediários, por sua vez, serão transformados em bens de consumo por meio do processo de produção. São exemplos as matérias-primas utilizadas nas mais diferentes produções de mercadorias. Para fazer um pão francês, torna-se necessária a utilização de meios de produção, de matérias-primas e de bens intermediários. Por exemplo, a farinha, que, juntamente com outros ingredientes e bens intermediários, será transformada em pão. Dessa forma, os bens intermediários são utilizados para satisfazer indiretamente às necessidades de consumo da sociedade, pois passarão por um processo de transformação até chegarem à categoria de bens de consumo, duráveis ou não duráveis.

Finalmente, temos os bens de capital. São máquinas e equipamentos utilizados para produzir outros bens e que também atendem indiretamente às necessidades da sociedade.

⁸ Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/egg/v14n3/v14n3a04.pdf>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

Conforme afirmamos anteriormente, a ciência econômica, por se preocupar com a escassez de recursos diante das necessidades ilimitadas, também é uma ciência voltada aos problemas de escolha, ou seja, procura explicar que tipos de mercadoria devem ser produzidas, portanto escolhidas, em atendimento às necessidades da sociedade. Não é por outro motivo que foi enunciado o problema econômico fundamental: o que e quanto produzir? Como produzir? Para quem produzir?

Agora, como decidir qual quantidade de aviões ou de sapatos deve ser produzida? Só de aviões e de sapatos vive uma sociedade? Sabemos que não. Então, como isso é resolvido? A resolução desse problema passa pela organização da atividade econômica. Antes de explicarmos como a atividade econômica é organizada, nos lembremos das relações entre a produção de mercadorias e o seu consumo.

Afirmamos, em passagens anteriores, que as empresas produzem mercadorias com o objetivo de vendê-las e, a partir da venda dessas mercadorias, tirar algum proveito de lucro. Para que as empresas consigam vender as mercadorias produzidas, é necessária a existência de consumidores capazes de comprá-las; isso somente sendo possível se houver recursos suficientes, os quais já denominamos como renda.

Vejamos, então, na figura 3 a seguir, o modelo esquemático do fluxo circular da renda que representa o funcionamento de uma economia de mercado.

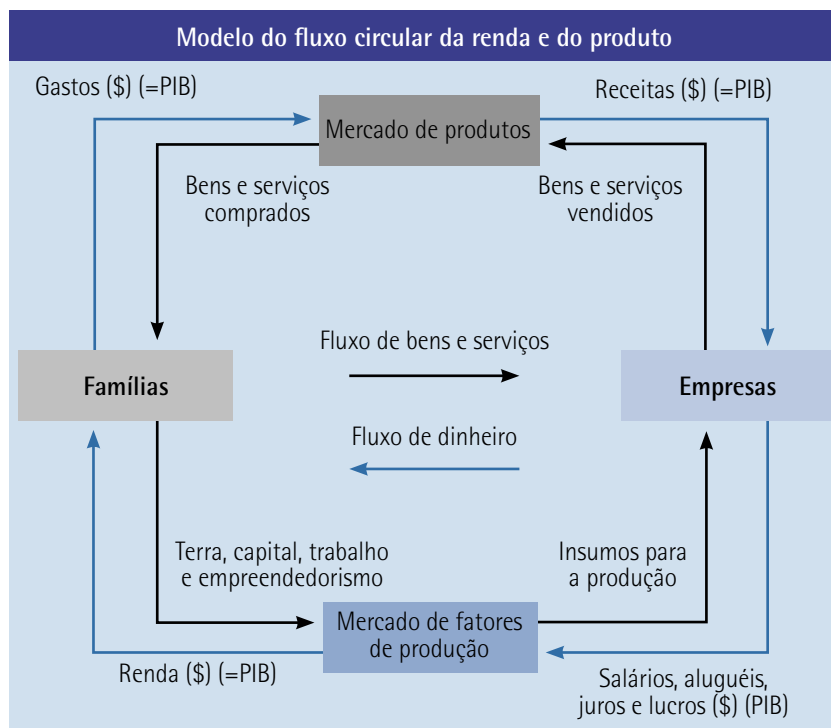


Figura 3. Fluxo circular de renda⁹.

⁹ Disponível em: <http://www.mises.org.br/images/articles/2008/Novembro%2008/figure1.jpg>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

Esse fluxo circular de renda, ainda que de maneira bastante simplificada, representa o funcionamento de uma economia de mercado. Para Hubbard e O'Brien (2009, p. 106), nosso modelo:

(...) deixa de fora o importante papel do governo na compra de bens das empresas e na realização de pagamentos, como os de Seguridade Social ou seguro-desemprego, para as famílias. A figura também deixa de fora os papéis exercidos pelos bancos, pelos mercados de ações e de títulos de dívida, e por outras partes do sistema financeiro, de ajudar o fluxo de fundos dos credores para os mutuários. Ainda a figura não mostra que alguns bens e serviços comprados são produzidos em países estrangeiros e que alguns bens e serviços produzidos por empresas domésticas são vendidos para famílias estrangeiras.

Outra questão de vital importância: nosso modelo pressupõe uma economia a dois setores, ou seja, considerando somente o relacionamento de empresas e famílias. Essa é uma simplificação que deve ser levada em consideração, já que, conforme afirma Schwarz (2009, p. 41), a economia deve ser vista como um sistema aberto

embutido na sociedade e no ambiente natural, que depende, para o seu funcionamento e evolução, da existência não só de um quadro organizacional, como de fluxos permanentes de materiais, de energia e de informação: matérias-primas, combustíveis fósseis, água, ar etc., são por ela capturados, depois transformados em bens e serviços aptos a satisfazerem as necessidades humanas e, por fim, devolvidos à origem na forma de resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

Estudemos, portanto, nosso modelo simplificado. As empresas destinam bens e serviços às famílias. Dessa forma, as empresas são representadas por todos os produtores ou vendedores de mercadorias, e as famílias representam os consumidores de mercadorias.

Como consomem os bens e serviços que são destinados pelas empresas, as famílias também destinam algo a estas últimas. Nesse caso, elas geram as receitas das empresas. As receitas representam as formas de pagamento dos bens e serviços que são efetuados pelas famílias.

Para que as empresas produzam bens e serviços que serão destinados às famílias, necessitam empregar fatores de produção. Elas precisam, então, adquirir terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial, recursos esses que são providos pelas famílias. Estas destinam fatores de produção às empresas e como estas precisam remunerar a utilização desses fatores de produção, também há a contrapartida: as empresas fazem a remuneração dos fatores de produção que foram destinados às famílias. O total dessa remuneração é denominado renda.

Ordenando, então, esses movimentos, temos:

Empresas destinam bens e serviços para o consumo das famílias → Famílias geram receitas às empresas provenientes do consumo de bens e serviços → Famílias destinam fatores de produção às empresas → Empresas geram receitas às famílias provenientes da utilização de fatores de produção

Voltemos ao fluxo circular da renda anteriormente apresentado. Vejamos que, na linha interna deste, há o destino de bens e serviços das empresas às famílias, ao mesmo tempo em que existe também o destino de fatores de produção das famílias às empresas. A essa linha interna chamaremos fluxo real ou fluxo de bens e serviços, conforme ali indicado.

Na linha externa, há a geração de receitas, por parte das famílias, às empresas, ao mesmo tempo em que há a geração, por parte das empresas, de rendas às famílias. Esses movimentos são chamados de fluxo monetário ou, simplificada, fluxo de dinheiro.

Percebemos, então, que o fluxo monetário complementa o fluxo real, sendo válido também o contrário. Nesse fluxo circular da renda, apresentamos o relacionamento monetário e real entre empresas e famílias, considerando as empresas como produtoras e/ou vendedoras e as famílias como consumidoras. Mas temos que pensar também de outra forma.

As empresas, para produzirem suas mercadorias, necessitam, muitas vezes, adquirir bens intermediários ou de capital de outras empresas. Portanto, as empresas, além de serem vendedoras, também são compradoras, empreendendo então um relacionamento entre os fluxos monetários e reais entre as próprias empresas. Às famílias, vale outro raciocínio, pois elas também destinam fatores de produção a outras famílias, empreendendo relação tanto monetária quanto real entre si. No fluxo circular da renda, portanto, temos relacionamento empresa-família, empresa-empresa, família-empresa e família-família.

No relacionamento empresa-família, as empresas utilizam os fatores de produção das famílias e as remuneram por isso. No relacionamento família-empresa, as famílias utilizam os bens e os serviços que são produzidos pelas empresas, e as remuneram por isso. No relacionamento empresa-empresa, as empresas adquirem bens e serviços de outras empresas, gerando receitas umas às outras. Por fim, no relacionamento família-família, elas adquirem e destinam seus fatores de produção umas às outras, ensejando então fluxos real e monetário entre esses agentes econômicos.

Passemos, então, a analisar as formas de organização da sociedade econômica, ou então, de que forma as sociedades se organizam para poder cumprir o fluxo circular da renda.

Estabeleceremos aqui duas formas de organização da atividade econômica: uma descentralizada, predominante nas economias ocidentais, e uma centralizada, personificada no caso cubano (um dos últimos exemplos de economias centralizadas que temos à disposição).

A forma descentralizada, também chamada de economia de mercado, reúne três elementos principais: livre iniciativa, presença do Estado e elementos de uma economia capitalista. Vamos examinar detidamente cada um desses elementos.

No caso da **livre iniciativa**, nenhum agente econômico – empresas como produtoras ou vendedoras de mercadorias ou famílias como fornecedoras de fatores de produção e consumidores de mercadorias – preocupa-se em desempenhar o papel de gerenciar o bom funcionamento do sistema de preços. Ocupam-se, isso sim, em resolver, isoladamente, seus próprios negócios e sobreviver apenas no ambiente concorrencial imposto pelos mercados, tanto na venda e compra de produtos finais, como na dos fatores de produção.

É um jogo econômico, baseado em sinais dados por preços formados nos diversos mercados. Trata-se, no fundo, de um agir egoísta que, no conjunto, resolve inconscientemente os problemas básicos da coletividade. Há uma espécie de mão invisível agindo sobre os mercados, operando como um coordenador das atividades econômicas e sociais.

A ação conjunta dos indivíduos e das empresas permite que centenas de milhares de mercadorias sejam produzidas como um fluxo constante, mais ou menos voluntariamente, sem uma direção central. A livre iniciativa ajuda a responder ao problema econômico fundamental: o que e quanto produzir? Como produzir? Para quem produzir?

O que e quanto produzir é decidido pela procura dos consumidores no mercado, ou seja, são os consumidores quem dão sinais de mercado às empresas do que elas precisam produzir. Assim, o agente principal nesse processo é o consumidor, pois sua atuação determinará quais produtos serão produzidos.

Já a questão de como produzir é determinada pela concorrência entre os produtores e pelo emprego do método de fabricação mais eficiente ou mais barato, e o produtor mais eficiente derrotará o produtor mais ineficiente.

Por fim, a questão para quem produzir será respondida pela oferta e demanda no mercado de fatores de produção, ou seja, pelo montante de renda individual.

Voltemos ao fluxo circular da renda anteriormente apresentado. A livre iniciativa opera conforme demonstrado pelo fluxo, ou seja, as famílias dão sinais de mercado às empresas do que elas necessitam consumir e, portanto, sinalizam o que elas devem produzir. Para tanto, as empresas também dão sinais de mercado de que é necessário empregar fatores de produção (terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial) e em quais quantidades.

Dos sinais de mercado, do que produzir e do quanto empregar de fatores de produção, temos a determinação dos preços das mercadorias e dos fatores de produção. Portanto, a livre iniciativa também pode ser chamada de sistema de preços, ou seja, o fluxo circular da renda (ou o sistema de preços) coordena as decisões de milhões de unidades econômicas.

Então, além de o fluxo circular da renda demonstrar os fluxos monetário e real, também evidencia a existência de um mercado de bens e de fatores. Sempre que as empresas destinam bens e serviços às famílias, estamos trabalhando com um mercado de bens, em que serão estabelecidos os preços das mercadorias transacionadas, bem como suas quantidades. E sempre que as famílias destinam fatores de produção às empresas, estamos trabalhando com um mercado de fatores de produção, no qual são estabelecidos os preços de tais fatores, bem como as quantidades utilizadas pelas empresas.

O sistema de preços determina preços e quantidade de equilíbrio, pois os consumidores estabelecem os preços máximos que desejam pagar pelo consumo das mercadorias, ao passo que os produtores estabelecem os preços mínimos que desejam remunerar pela utilização dos fatores de produção.

Qual o papel do Estado nesse modelo? No que diz respeito à presença, dadas as imperfeições apresentadas pelo sistema de preços da livre iniciativa, ele surge para regulamentar essas atividades.

Com relação aos elementos de uma economia capitalista, esse sistema caracteriza-se por uma organização econômica baseada na propriedade privada dos meios de produção, isto é, dos bens de produção ou de capital. Reunir elementos de uma economia capitalista significa aglutinar os elementos que compõem o capitalismo, sistema de capital que se valoriza, que são os seguintes:

- capital;
- propriedade privada dos meios de produção, dada a existência do capitalista;
- divisão do trabalho por meio da especialização do trabalho e da mecanização da produção;
- existência da moeda.

Revisando o que foi apresentado anteriormente, vivemos numa sociedade baseada nas trocas, as quais se dão por meio do mercado. Nessa sociedade, o agente busca individualmente solucionar o seu problema econômico por meio das trocas. Para isso, ele racionalmente dá em troca à sociedade – no mercado – o que detém, recebendo em troca – também no mercado – o que necessita e não detém. Ou seja, nessa sociedade, para Smith (1983, p. 50),

não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.

Portanto, nessa sociedade, de forma anárquica – afinal, cada agente cuida de si –, emerge o bem-estar coletivo. Uma vez que cada um cuida de si, vemos que a competição é um fator inerente e determinante numa economia de mercado: todos os agentes se movimentam pelo interesse próprio, fazendo escolhas racionais no intuito de obter mais poder de mercado que os demais agentes e, com isso, minimizar as suas restrições na busca da maximização do seu benefício individual.

Quanto à segunda forma de organização da atividade econômica, ou seja, a **forma centralizada**, quem responde ao problema econômico fundamental é um órgão planejador central. Apenas para dar um exemplo: desde a revolução que destituiu Batista e levou Fidel Castro ao poder cubano, é o governo quem decide o que cada um deve produzir e o que cada agente deve consumir. O princípio que norteia essas decisões é o socialista, que prevê que cada um deve contribuir/consumir de acordo com sua capacidade e seu trabalho. Do ponto de vista prático, as vendas são realizadas através de *libretas*, criadas em 1962, as quais representam o conjunto de mercadorias que podem ser consumidas por pessoa. A esse respeito, comenta Piñeda (*apud* Carcanholo e Nakatani, 2001, p. 142)¹⁰ que

a quantidade e os tipos de produtos foram os seguintes: em todo o território nacional, 2 libras de gordura comestível, óleo ou banha de porco ao mês; 6 libras de arroz por pessoa ao mês; 13,5 libras de feijões de qualquer tipo, grão-de-bico, ervilhas ou lentilhas por pessoa nos nove meses seguintes. Na cidade de Havana, (...) uma barra de sabão por pessoa ao mês; um pacote médio de detergente por pessoa ao mês; um sabonete por pessoa ao mês; um tubo grande de creme dental para cada duas pessoas ao mês. Na cidade de Havana, três quartos de libra de carne de gado por pessoa por semana; 2 libras de frango por pessoa ao mês; meia libra de peixe de escama, limpo e em posta, por pessoa ao mês; cinco ovos por pessoa ao mês; um litro de leite diário para cada criança de menos de sete anos e um litro diário para cada 5 pessoas maiores de 7 anos.

A pergunta a ser respondida, agora, é: qual o tipo de sistema da maior parte das economias nos dias de hoje? Dizemos que elas são mistas e que combinam características das economias de mercado e das centralizadas. Para Hubbard e O'Brien (2009, p. 66),

uma economia mista ainda é primordialmente uma economia de mercado com a maioria das decisões econômicas sendo resultantes da interação entre compradores e vendedores em mercados, mas em uma economia mista, o governo desempenha um papel significativo na alocação dos recursos.

2.2 Há muito tempo

Supermercados, bens de capital e de consumo, economias centralizadas e de mercado. Esse é o cenário que vemos nos dias de hoje, mas, é claro, nem sempre foi assim. Como chegamos à sociedade de mercado ou à economia de mercado? Se realizarmos uma viagem no tempo e nos percebermos em plena Idade Média (aproximadamente do século V ao XV), veremos outro mundo: reis, senhores feudais, cavaleiros, servos e clérigos.

Assim estava organizada a sociedade durante o feudalismo, uma estrutura que iria sofrer abalos contínuos até se degradar totalmente, num processo que levaria alguns séculos para se completar. Do período áureo do feudalismo, a imagem mais lembrada é a do feudo, grande propriedade trabalhada por camponeses que aram não apenas a terra arrendada, mas também a do senhor. Nesse sistema, o castelo

¹⁰ Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/pde/pde128/PDE12807.pdf>. Acesso em 1 de novembro de 2010.

ocupa um lugar de destaque: é nele que mora o senhor e sua família. O feudo, unidade autossuficiente, é o espaço em que ocorrem as relações de vassalagem entre o servo e o seu senhor.

No sistema feudal, o servo não é um escravo: não pode ser vendido ou ter sua família desmembrada; ele faz parte da propriedade e só se transfere se a terra for vendida. O servo muda de senhor, mas não de terra, portanto, não pode ser expulso nem dela escapar. A esse respeito, nos diz Huberman (1986, p. 10) que

O senhor do feudo, como o servo, não possuía a terra, mas era, ele próprio, arrendatário de outro senhor, mais acima na escala. O servo, aldeão ou cidadão "arrendava" sua terra do senhor do feudo que, por sua vez, "arrendava" a terra de um conde, que já a "arrendara" de um duque, que, por seu lado, a "arrendara" do rei. E, às vezes, ia ainda mais além, e um rei "arrendava" a terra a um outro rei! A relação de vassalagem, inclusive, é transferida hereditariamente, de pai para filho: o filho será servo daquele a quem seu pai e seu avô também foram servos.

O feudo tem suas próprias regras e leis, que devem ser rigorosamente obedecidas. O senhor feudal é quem decide sobre casamentos, litígios e conflitos. Em algumas regiões da Europa, o senhor feudal tem o direito "da primeira noite", ou seja, desvirginar a noiva que more em sua propriedade, ou que será esposa de alguém que more nas suas terras. Longe de ser mero capricho, esse direito consagra o seu papel de senhor absoluto e também a continuidade da vassalagem por meio da suspeita em relação à paternidade dos filhos do servo¹¹.

O dinheiro, quando existente, é acumulado de forma improdutivo. Todo o necessário para a sobrevivência pode ser produzido dentro do próprio feudo. O comércio é incipiente e ocorre à base de escambo: trocam-se mercadorias, sem que o dinheiro necessariamente seja utilizado como meio de pagamento ou padrão de referência. Existem, inclusive, várias moedas, cada uma delas vigente numa determinada região e sem referência cambial com outras moedas.

A pergunta que ocorre naturalmente é: como, dessa organização econômica, poderia surgir posteriormente algo como o sistema de mercado? Foram vários os fatores que, com o tempo, criaram rachaduras e fissuras irreversíveis no sistema feudal. Um deles foram as Cruzadas, expedições cristãs armadas em direção ao Oriente cujo objetivo era a reconquista da Terra Santa. Os cruzados precisavam de provisões e, ao longo do seu percurso, foram organizados entrepostos comerciais e feiras. Aliás, aos poucos, as Cruzadas deixavam de ter apenas um significado religioso para se transformar em verdadeiras expedições de saque e exploração das cidades comerciais orientais. Ao longo dos séculos, cada vez mais esse comércio iria resultar no estabelecimento de grandes feiras e, em torno delas, cidades surgiriam. Nesse sentido, acrescenta Huberman (*ibidem*, p. 32):

É importante observar a diferença entre os mercados locais semanais dos primeiros tempos da Idade Média e essas grandes feiras dos séculos XII ao XV. Os mercados

¹¹ Sugerimos um filme que retrata bem essa relação de vassalagem, apesar de algumas imprecisões históricas: *Coração Valente (Braveheart)*, em que são relatadas as lutas e os conflitos na Escócia do século XIII.

eram pequenos, negociando os produtos locais, em sua maioria, agrícolas. As feiras, ao contrário, eram imensas e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e Ocidente, Norte e Sul.

Os senhores feudais, donos das terras onde se realizavam as feiras, recebiam comissões pelos negócios lá efetuados: as atividades comerciais eram bem-vindas, porque traziam lucro e prosperidade. O crescimento dessas atividades também faria surgir a figura dos trocadores de dinheiro, responsáveis pela troca e pelo câmbio entre as várias unidades monetárias. Aos poucos, a economia sem mercado transformava-se em economia de vários mercados, já se distanciando do sistema autossuficiente dos feudos. Devagar, cindia-se a estrutura feudal de imobilidade social: surgiam comerciantes e "banqueiros", crescia a população urbana, livre das amarras da vassalagem e da relação visceral com a terra. Essa população exerceria pressão por leis menos arbitrárias do que as do senhor feudal, porque precisava de liberdade para se mover, comerciar, vender e comprar. Da mesma forma, o camponês se distanciava do senhor feudal, já que seu excedente agora podia ser negociado e transformado em dinheiro. O senhor feudal que não compreendia essa nova realidade era forçado a conviver com a revolta de trabalhadores nas suas terras. A riqueza agora não significava a propriedade possuída, mas o dinheiro amealhado. Aliás, a percepção de que a terra seria também mercadoria passível de ser vendida daria o golpe de morte no sistema feudal.

Os mercadores se reúnem em corporações, titulares de direitos monopolistas que tratarão de normatizar as atividades, comerciais (nas feiras) ou profissionais, e às suas leis os membros estarão sujeitos, sob pena de expulsão. Os artesãos e outros profissionais também se organizarão em corporações, chamadas de guildas. Estas funcionam como centros nos quais o aprendiz é treinado no ofício, segundo as normas e tradições da categoria. Esse treinamento, que chega a durar mais de uma década, assegura-lhe o conhecimento das artes secretas do seu ofício, além do direito de exercer sua profissão e ter proteção em caso de necessidade. Os meios de produção (ferramentas e utensílios necessários para a fabricação das mercadorias) pertencem aos artesãos, que não apenas produzem, mas também comercializam o fruto do seu trabalho. O espírito é de fraternidade, e não de concorrência: se um membro resolvesse introduzir alguma inovação, todos deveriam ter acesso a essa mudança. "Patentes" ou "diferenciais produtivos" são tidos como práticas desleais e passíveis de punição. Em guildas, reúnem-se padeiros, pintores, curtidores de couro, ferreiros, açougueiros, fruteiros, cirurgiões, jornaleiros, entalhadores, costureiros, sapateiros, e, ainda de acordo com Huberman (*ibidem*, p. 68),

supervisores das corporações faziam viagens regulares de inspeção, nas quais examinavam os pesos e medidas usados pelos membros, os tipos de matérias-primas e o caráter do produto acabado. Todo artigo era cuidadosamente inspecionado e selado. Essa fiscalização rigorosa era considerada necessária para que a honra da corporação não fosse manchada, prejudicando com isso os negócios de todos os seus membros. As autoridades municipais, por sua vez, a exigiam como proteção ao público. Para maior proteção desse público, algumas corporações marcavam seus produtos com o "justo preço".

As guildas acabariam por se desintegrar ao longo do tempo, e o justo preço seria substituído pelo de mercado, mas, àquele momento, a existência das corporações era o que permitia o exercício da atividade artesanal, a sobrevivência dos artesãos nos centros urbanos e a regulação de uma atividade que se distanciava, pouco a pouco, das tradições e dos costumes feudais.

Outro fator de fundamental peso no processo de deterioração do sistema feudal foi o surgimento das nações. Se o senhor feudal já não dava conta de proteger a população (seu poder havia diminuído com a perda de terras, servos e com os gastos de expedições ao Oriente), era necessário que alguém tomasse para si a tarefa de funcionar como poder central. Quem o fará será o rei, aliado das cidades na luta contra os senhores feudais. Será ele quem arregimentará um exército profissional e tratará de armá-lo e treiná-lo. Impostos são instituídos e passam a ser recolhidos, e esse montante servirá ao rei para o exercício do seu poder, mesmo que a partir de determinado momento esse seja um poder subtraído das próprias cidades e dos comerciantes. Com isso, de acordo com Huberman (*idem*, p. 86),

os camponeses que desejavam cultivar seus campos, os artesãos que pretendiam praticar seu ofício e os mercadores que ambicionavam realizar seu comércio – pacificamente – saudaram essa formação de um governo central forte, bastante poderoso para substituir os numerosos regulamentos locais por um regulamento único, de transformar a desunião em unidade.

O rei serve de símbolo para a unidade nacional, e as nações passam a lutar por seus territórios e pela formação de sua identidade: língua, moeda e legislação nacionais, conquistas estas que passam a ser guiadas e conduzidas pela unidade central de poder. Será o rei também o responsável pelo empreendimento ultramarino, de descoberta, povoamento e exploração do Novo Mundo, que fornecerá a matéria-prima, depois, para as indústrias nascentes, e que consumirá as mercadorias produzidas nas metrópoles.

Falta agora uma nova ética, um conjunto de valores morais que possam nortear e conduzir os agentes em direção ao trabalho, à acumulação do capital, ao lucro. É o que discutiremos a seguir.

Você sabia?

Rembrandt, pintor holandês do século XVII, retratou alguns membros dessas corporações. Na tela *A Ronda Noturna*¹², ele mostra a corporação dos oficiais bacamartes. Já na obra *Lição de Anatomia do Prof. Tulp*¹³, a corporação dos cirurgiões é representada. Finalmente, no quadro *Os Membros da Guilda dos Alfaiates*¹⁴, como sugere o título, mostram-se os alfaiates reunidos em seu sindicato. O próprio Rembrandt foi membro de uma guilda, a dos pintores.

¹² Disponível em: http://www.uncp.edu/home/rwb/rembrandt_nightwatch. Acesso em: 29/12/2010.

¹³ Disponível em: <http://www.biol.unlp.edu.ar/images/anatomia/anatomia-rembrandt.jpg>. Acesso em: 29/12/2010.

¹⁴ Disponível em: <http://www.abcgallery.com/R/rembrandt/rembrandt121.html>. Acesso em: 29/12/2010.

EXERCÍCIOS

1) Leia atentamente o texto a seguir, de Nusdeo (2000, p. 24):

Sempre o homem experimentou novas necessidades ou descobriu maneiras diferentes de atender a necessidades antigas. Quando as comunidades humanas eram pequenas, acanhadas e, sobretudo, isoladas, a força da tradição de cada uma delas se fazia sentir com maior vigor, os costumes cristalizavam-se e as inovações eram tão lentas a ponto de poderem passar quase despercebidas ao longo de uma geração.

Esse texto procura demonstrar que:

- a) Só é possível falarmos, adequadamente, das necessidades humanas como sendo ilimitadas a partir da época moderna, iniciada com a Revolução Industrial inglesa do século XVIII.
- b) As necessidades humanas sempre foram infinitas, apenas mudando de ritmo e de características ao longo do tempo.
- c) A satisfação humana, ao menos em termos do atendimento de suas necessidades, vem aumentando ao longo do tempo.
- d) A tecnologia tem aumentado a independência do homem em relação à satisfação de suas necessidades.
- e) A tradição é a garantia de comunidades satisfeitas, do ponto de atendimento das necessidades materiais.

2) Consideremos a seguinte definição de bens econômicos e bens livres. Um bem é

tudo aquilo que tem utilidade, com ou sem valor econômico. O ar, por exemplo, é um bem livre, mas o minério de ferro é um bem econômico, porque é escasso e depende do trabalho humano para ser obtido. Os bens econômicos se dividem em cinco grupos principais. São eles: bens de capital ou de produção (máquinas e equipamentos); bens de consumo (brinquedos, um par de sapatos – aqueles que podem ser comprados pelas pessoas depois de um processo de produção ou industrialização); bens de consumo durável (máquina de lavar roupa, imóvel – que só são trocados após períodos longos de uso); bens de consumo semidurável (carro, roupa – os que precisam ser trocados periodicamente); bens de consumo não durável (alimentos)¹⁵.

Consideremos agora que as necessidades humanas fundamentais estejam muito bem representadas pelas necessidades biológicas, como dormir, respirar etc. Nesse sentido, podemos admitir que as necessidades humanas fundamentais:

¹⁵ Dicionário de Economia da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://e-groups.unb.br/face/eco/inteco/paginas/dicionariob.html>. Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

- I. Dependem, por completo, da produção de bens econômicos pela respectiva sociedade.
- II. Nunca demandam bens econômicos para a sua satisfação.
- III. Podem ser, muitas vezes, resolvidas com a própria disponibilidade de bens livres, na natureza.

Com base nessas opções, podemos considerar:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas III está correta.
- c) Todas estão incorretas.
- d) Apenas II está correta.
- e) Todas estão corretas.

3) Leia o texto a seguir.

Jamaraquá é uma das comunidades tradicionais estabelecidas ao longo do rio Tapajós, no interior do Pará, e vive um novo processo extrativista. À primeira vista, um visitante, dos muitos que começam a descobrir o turismo ecológico na selva amazônica, pode ter a sensação de que ali o tempo parou. No vilarejo, não há qualquer meio de comunicação que não seja o rádio, o chão é de terra e as casas são feitas de madeira, às vezes com teto de sapê. São 20 famílias que vivem no lugar, um total de 94 pessoas. Chamados de ribeirinhos ou caboclos, eles são descendentes dos primeiros migrantes que chegaram à Floresta de Tapajós para a extração da borracha, que, no fim do século XIX e no início do século XX, era uma das principais atividades econômicas do país. Um pouco mais distante da vila, em meio à floresta, Donildo Lopes dos Santos continua o rito praticado por seus antepassados há mais de cem anos. Corta a seringueira com uma técnica aprendida com os pais, tomando cuidado para não fazer cortes profundos demais na árvore. "Se a gente erra, a seringa pode levar mais de um ano pra se recuperar", explica. Embora seja uma atividade típica da região, repleta de imensos seringais, a extração do látex vinha perdendo importância na comunidade e em toda a região. O baixo preço da borracha e a concorrência de grandes produtores de São Paulo prejudicaram os trabalhadores que não conseguiam viabilizar sua produção, já que o processo rudimentar não permitia concorrer em condições de igualdade, além de a borracha obtida não ter um alto valor agregado¹⁶.

A tradição, segundo Heilbroner (2008, p. 27), é uma modalidade de "organização social em que produção e distribuição se baseiam em procedimentos criados no passado distante, ratificados por um longo processo de tentativas e erros históricos, e mantidos pelas forças poderosas dos costumes e das crenças".

¹⁶ Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/EdicaoNoticialIntegra.asp?id_artigo=5384. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

Dessa forma, podemos considerar que:

- I – Apenas sociedades primitivas adotam a tradição como forma de conduzir a vida econômica.
- II – Embora solucione o problema econômico, a tradição o faz à custa do progresso econômico ou da perda de competitividade.
- III – Uma sociedade que siga o caminho da tradição na condução da vida econômica pode se desenvolver de forma tão rápida e em tão grande escala quanto outras sociedades que não sigam esse caminho.

Em relação a essas afirmativas, pode-se dizer que:

- a) Apenas a I está incorreta.
- b) Apenas a II está correta.
- c) Apenas a II está incorreta.
- d) Todas estão corretas.
- e) Todas estão incorretas.

4) Leia o texto a seguir:

No correr da história brasileira, os dirigentes dos estabelecimentos rurais receberam basicamente treinamentos promovidos pelas famílias, nas próprias unidades de produção. Sua formação ocorreu em processos domésticos, nos quais às vezes apenas um sucessor era escolhido entre os filhos e, a partir de uma ação coletiva do grupo familiar, era elevado à condição de dono ou chefe, numa trajetória que incluía necessariamente o casamento, a herança e a produção de nova unidade familiar. (...) Treinar o "senhor moço" era, simultaneamente, responsabilidade da família e da engrenagem produtiva. O dirigente formava-se no próprio exercício do mando: no costume diário de dar ordens desde a infância, no saber-se impor frente aos seus cabos de turma, aos trabalhadores do eito e aos outros senhores, no aprender a exigir e, sobretudo, a conceder¹⁷.

Sobre o texto apresentado, pode-se afirmar que:

- I – O comando é o método da autoridade imposta.
- II – O comando econômico fundamenta-se na organização de um sistema em conformidade com as ordens de um comandante, ou de um chefe.

¹⁷ *Formação de sucessores no rural brasileiro*. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum04_05_art15_ribeiro.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

III – A tradição, o mando e o mercado são as formas sistêmicas que as sociedades encontraram para satisfazer seus problemas de produção e distribuição de bens.

Sobre tais afirmativas, pode-se dizer que:

- a) Apenas a I está incorreta.
- b) Apenas a II está incorreta.
- c) Apenas a III está incorreta.
- d) Todas estão incorretas.
- e) Todas estão corretas.

5) Leia atentamente o texto a seguir:

De um ponto de vista geral, originalmente a agricultura sob o feudalismo obedecia a uma lógica interna própria, na qual, portanto, a servidão era traço fundamental da coerção. Concretamente, o senhor feudal dividia suas terras em duas partes. **O domínio** era a parte de suas terras, em geral de ampla extensão, onde, sob sua tutela ou de seus agentes, os servos trabalhavam os "dias de dádiva", horas de trabalho para o senhor, a corveia. Essas terras diretas do senhor abrigavam as suas habitações, as construções que se destinavam à exploração agrícola, as oficinas e as casas dos servos que trabalhavam diretamente apenas para ele. **As parcelas** formavam a outra parte das terras do feudo, que eram divididas e concedidas aos camponeses. Estes, por sua vez, ficavam obrigados a entregar tributos exigidos sobre a produção de sua parcela e, além disso, prestar dias de trabalho pessoal (corveia) para a exploração do domínio direto do senhor. Em geral, essa jornada de trabalho gratuito era a cessão de renda em trabalho para o senhor feudal. Além disso, estavam os servos camponeses obrigados a utilizar o moinho ou o forno senhorial, pelos quais também pagavam em espécie. Assim, a fração da produção entregue pela cessão da terra e pelo uso do moinho eram rendas em produto transferidas dos camponeses ao senhor feudal. Portanto, duas formas de renda da terra aparecem no feudalismo: no início, era mais forte a presença da renda em trabalho, que, em função das lutas dos camponeses contra a corveia, foi diminuindo em vários lugares, aumentando a participação da renda em produto¹⁸.

Dessa forma, as relações de produção no modo de produção feudal caracterizavam-se por:

- a) posse servil da terra; pequenas propriedades camponesas; trabalho assalariado; alta produtividade e geração de excedente para o comércio;
- b) posse senhorial da terra; pequenas propriedades camponesas; trabalho servil; baixa produtividade e acumulação de excedentes nas cidades;

¹⁸ Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf. Acesso em 17 de fevereiro de 2010.

- c) posse servil da terra; grandes propriedades senhoriais; trabalho assalariado; baixa produtividade e geração de excedente para o comércio;
 - d) posse senhorial da terra; grandes propriedades senhoriais; trabalho servil; baixa produtividade e acumulação senhorial do excedente;
 - e) posse senhorial da terra; pequenas propriedades senhoriais; trabalho servil; alta produtividade e acumulação senhorial do excedente.
- 6) Um sistema econômico pode ser definido como a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade. É um particular sistema de organização da produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços que as pessoas utilizam buscando uma melhoria no padrão de vida e bem-estar. Sobre o funcionamento de uma economia capitalista – economia de mercado – indique a alternativa correta.
- a) Nas economias capitalistas – economia de mercado –, os três problemas básicos – o que e quanto, como e para quem – são determinados pelos sistemas de preços, pela economia de mercado, regida pelas forças de mercado, predominando a livre iniciativa e a propriedade privada dos meios de produção.
 - b) Nas economias capitalistas – economia de mercado –, os três problemas básicos – o que e quanto, como e para quem – são determinados pelos órgãos planejadores centrais.
 - c) Numa economia de mercado, o órgão planejador fixa as metas a serem cumpridas, transfere-as aos órgãos setoriais e regionais, e esses, diretamente às unidades produtoras da atividade econômica.
 - d) Numa economia de mercado, da mesma forma que nas economias centralizadas, os meios de produção são considerados como pertencentes a todo o povo, isto é, é propriedade coletiva.
 - e) Numa economia capitalista descentralizada, uma agência planificadora central desenvolve os planos econômicos gerais.
- 7) Para entender o funcionamento do sistema econômico, usamos o modelo do fluxo circular da renda e seus subfluxos (real e monetário). No fluxo circular da renda, por simplificação, os agentes econômicos são as famílias (unidades familiares) e as empresas (unidades produtoras). As famílias são proprietárias dos fatores de produção e os fornecem às unidades de produção (empresas) no mercado dos fatores de produção. As empresas, pela combinação dos fatores de produção, produzem bens e serviços e os fornecem às famílias no mercado de bens e serviços.

Assinale a alternativa correta sobre a denominação da renda que os proprietários de recursos ganham ao fornecer tais recursos às empresas:

- a) O agente tipo família não recebe renda, mas, sim, receita.

- b) O agente tipo família recebe aluguel na qualidade de proprietário da terra e de seus recursos, e salário na qualidade de trabalhador.
- c) O agente tipo família recebe salários na qualidade de trabalhador, e aluguel na qualidade de proprietário de empresas.
- d) O agente tipo família recebe lucros como proprietário da terra e seus recursos, e aluguel na qualidade de trabalhador.
- e) O agente tipo família recebe aluguel na qualidade de proprietário da terra e seus recursos, e salário na qualidade de proprietário de empresas.

Resolução dos exercícios

1. b) As necessidades humanas sempre foram infinitas, apenas mudando de ritmo e de características ao longo do tempo.

Não há qualquer evidência no texto de que as necessidades humanas tenham se tornado ilimitadas apenas em tempos mais modernos, o que torna a alternativa A incorreta. Já a C está incorreta porque não se pode falar em satisfação humana, ao menos em termos de necessidades saciadas, ainda mais em termos temporais. Por sua vez, a D está incorreta porque a tecnologia não torna o homem mais independente no tocante à satisfação das necessidades. Finalmente, a E está incorreta porque a tradição não é garantia alguma de satisfação das necessidades.

2. b) Apenas III está correta.

A afirmativa I está incorreta porque há necessidades que podem ser satisfeitas com bens livres. A II está incorreta porque há necessidades que dependem, para sua satisfação, de bens econômicos. Assim, a III está correta: necessidades podem ser satisfeitas por bens livres ou bens econômicos.

3) b) Apenas a II está correta.

A afirmativa I está incorreta porque podemos encontrar formas de tradição em sociedades desenvolvidas, e não apenas nas primitivas. A III está incorreta porque a tradição, embora solucione o problema econômico, não permite o desenvolvimento em escala tão rápida. Dessa forma, apenas a II está correta.

4. e) Todas estão corretas.

Todas as afirmativas estão corretas, conforme o texto-base e o próprio enunciado do exercício.

5. d) posse senhorial da terra; grandes propriedades senhoriais; trabalho servil; baixa produtividade e acumulação senhorial do excedente;

Conforme o texto-base, é possível identificar a posse senhorial da terra (de propriedade do senhor feudal), a existência de grandes feudos e a utilização do trabalho servil. Nesta forma de organização, a produtividade é baixa e o excedente pertence ao senhor feudal.

6. a) Nas economias capitalistas – economia de mercado –, os três problemas básicos – o que e quanto, como e para quem – são determinados pelos sistemas de preços, pela economia de mercado, regida pelas forças de mercado, predominando a livre iniciativa e a propriedade privada dos meios de produção.

As demais alternativas apresentam características da organização centralizada. Nessa, há presença forte do Estado como planejador das atividades econômicas da sociedade.

7. b) O agente tipo família recebe aluguel na qualidade de proprietário da terra e de seus recursos, e salário na qualidade de trabalhador.

A alternativa A está incorreta, pois as famílias recebem rendas por destinar fatores de produção às empresas. A alternativa C também está incorreta, pois quem recebe aluguel são os proprietários de terras. A alternativa D indica que as famílias recebem lucros e também está incorreta. Da mesma forma, a E também está incorreta, pois os proprietários de empresas recebem lucros e não salários.

Analise as situações descritas a seguir e responda: é possível afirmar que os sistemas de tradição e de mando desaparecerão por completo?

Vamos pensar um pouco mais

Situação 1 – Tradição da agricultura familiar se mantém em Nova Friburgo¹⁹

Gilmar Cardinot e o irmão, Gilberto, formam a quinta geração dos Cardinot em Nova Friburgo. Quando o primeiro membro da família chegou da Suíça, no século XIX, trouxe com ele uma tradição: o amor pelo campo. O trabalho na lavoura é uma herança que vem da Europa. Tudo é feito em parceria entre os irmãos, que também recebem a ajuda de um primo. Para eles, a união no trabalho é sinal de prosperidade. O terreno de 14 hectares fica na localidade que leva o nome da família suíça, Cardinot, na zona rural de Nova Friburgo. Em torno de 10 produtos são cultivados no local, principalmente hortaliças. Neste período, chegam a colher mais de 900 pés de brócolis por dia. E com tanto trabalho, a ajuda da família é essencial para contornar um problema: a dificuldade de encontrar mão de obra.

A agricultura familiar é tradição em Nova Friburgo. A maioria das propriedades é de pequeno e médio portes. E corresponde a 90% das lavouras do município, segundo a Secretaria de Agricultura. Uma tendência nacional, já que 60% dos alimentos que consumimos são produzidos por agricultores familiares.

¹⁹ Disponível em: <http://intertvonline.globo.com/rj/noticias.php?id=9644>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

Situação 2 – O que Cuba tem a ensinar²⁰

O governo cubano anunciou a demissão de 500 mil servidores públicos, o equivalente a 10% da força de trabalho total da ilha. Ao mesmo tempo, serão reduzidas as restrições à iniciativa privada, justamente para absorver toda essa turma de barnabés. Segundo Havana, o objetivo da medida é tornar a economia mais eficiente – uma semana depois de Fidel Castro ter declarado que o modelo cubano “não funciona mais nem para Cuba”.

Enquanto isso, a Venezuela de Hugo Chávez, discípulo mais fiel de Fidel, continua estatizando avidamente o país. E o Brasil de Lula e Dilma aposta cada vez mais no Estado como agente econômico. Como a revolucionária Cuba está mostrando, e a Venezuela chavista já sabe bem, esse modelo tem fôlego curto, porque os recursos que deveriam ser investidos em infraestrutura são drenados para custear a gigantesca máquina pública. Sem esses investimentos, não é possível sustentar o crescimento econômico no longo prazo.

²⁰ Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/marcos-guterman/o-que-cuba-tem-a-ensinar/>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.